

## TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS

*Eduardo Lobo Alcayaga \**

Nesta palestra, que tem por objetivo discutir a competitividade do desenvolvimento regional no interior das transformações ambientais configuradas pelo processo de globalização, os seguintes temas serão abordados:

### 1. O Conceito do Meio Ambiente

Embora existam várias interpretações de Meio Ambiente, há uma concordância unânime quanto ao significado e à amplitude do termo: sua abrangência e interdisciplinaridade. Meio Ambiente define-se como: Todo meio exterior ao organismo (o ser humano incluído) que afeta o seu integral desenvolvimento.

Uma das principais características do meio ambiente diz respeito ao princípio e ao caráter interdisciplinar que o coloca como uma ciência integradora das demais ciências, quando a sua principal preocupação é a qualidade de vida do cidadão. A qualidade do meio ambiente é, portanto, não uma questão exclusiva de ecologistas, biólogos ou conservacionistas. Ele é igualmente importante para o físico, o matemático, o médico, o jurista, o sociólogo, o político, o economista, etc. Não existem soluções puramente ecológicas, agrônomicas ou políticas, pois o meio ambiente, além de seu físico (solo, água, ar), também é social e psíquico e está inserido numa estrutura política-econômica-social.

### 2 - O Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Os problemas ambientais a nível mundial foram amplamente discutidos em duas conferências internacionais. A primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizou-se em 1972, em Estocolmo, na

\* Professor no Departamento de Biologia - UNISC  
Doutor em Ciências - Japão

Suécia, sendo que os principais resultados da mesma foram reunidos no livro *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987. Dois princípios exemplificam o teor das discussões da Reunião de Estocolmo:

1. O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras.

2. O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e criar, na Terra, as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida.

Após a Reunião de Estocolmo, a questão ambiental é assumida por um grande número de governos e mais de cem países criam organismos específicos para tratar do tema.

A segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente foi realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. A ECO-92, como ficou conhecida, independentemente do seu fracasso em termos de ações concretas, foi sem dúvida, a maior conferência sobre meio ambiente realizada até agora. Ela representou um marco por diversos motivos. Foi o primeiro exemplo de entendimento e cooperação em escala realmente planetária. A adesão maciça dos governos e a mobilização da opinião pública demonstraram a cristalização da consciência a respeito de uma ameaça comum a toda a humanidade. Reconheceu-se que a pobreza em que vivem imensos contingentes humanos constitui importante fator de degradação do meio ambiente. E que o consumo desenfreado das populações ricas contribui para a exaustão dos recursos do planeta. Também chegou-se à conclusão de que, com o auxílio da tecnologia, é possível conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento econômico.

Segundo declarações do Ex-ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a grande contribuição da ECO-92 foi a mudança conceitual: "Antes, falava-se em meio ambiente, em preservação e conservação. A partir da ECO-92, incluindo todo o processo preparatório, passou-se a falar em desenvolvimento sustentável. A idéia não é só preservar, mas desenvolver preservando ou recriando...".

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento social, econômico e cultural que atende às exigências do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Em essência, o desenvolvimento sustentável é um

processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

### 3. O Conceito de Competitividade

A competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais, enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Inicialmente, o conceito de competitividade aparece na literatura nacional fundamentalmente associado ao desempenho setorial das exportações brasileiras na década de 1980. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação.

Entretanto, uma das maiores preocupações com o conceito de competitividade é a definição de indicadores para mensurá-la. No Brasil, o tratamento conferido pelos principais estudos e instituições aos indicadores de competitividade classifica os mesmos em três categorias: indicadores de desempenho, relacionados ao desempenho comercial, sobretudo o exportador; de eficiência, relacionados com preços e custos dos bens e serviços comercializados; e de capacitação, que dizem respeito aos fatores que atuam diretamente ou indiretamente sobre o processo de produção e de comercialização, em diferentes dimensões - tecnológica, ambiental, etc. -, capacitando os agentes econômicos (empresas, setores, indústrias ou país) a produzir com maior eficiência e melhorar o desempenho comercial.

Desses, os indicadores de capacitação abrangem os determinantes do sucesso competitivo associados à incorporação e avanços tecnológicos em produtos e processos, aos ganhos cumulativos derivados de formas apropriadas de organização empresarial e de cooperação interempresarial e ao nível e à composição dos investimentos públicos e privados, incluindo aqueles realizados em capital humano. Na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), o programa "Tecnologia e Economia" mostrou que a tecnologia e os outros fenômenos vinculados à inovação, assim como à organização empresarial e ao uso apropriado do capital humano em todas as fases dos processos produtivos, representam hoje um dos mais importantes pilares da competitividade. Assim, o desenvolvimento tecnológico, particularmente através de projetos cooperativos envolvendo parceria entre empresas e instituições de pesquisa, se constitui num dos pilares centrais de

qualquer modelo nacional de competitividade. Neste sentido, no que diz respeito ao desenvolvimento regional, a capacitação tecnológica e produtiva bem como a qualidade e a produtividade dos recursos humanos destacam-se como fatores determinantes da competitividade.

A deterioração do meio ambiente e as restrições de natureza ambiental às exportações brasileiras tornam urgente implementação de uma política reguladora eficaz. O principal objetivo deve ser promover a adoção por parte das empresas industriais de processos de produção menos poluentes e não predatórios de recursos naturais. Dessa forma, fatores tais como a questão ambiental e o desenvolvimento tecnológico se constituem nas novas políticas de competitividade do desenvolvimento sustentado.

Cabe destacar, ainda, o difícil desafio na área da educação. O fracasso reiterado, a ineficiência enraizada, as resistências corporativas, o desperdício, a manipulação política, a desvalorização do docente, a centralização e a burocratização constituem um conjunto de obstáculos difíceis de remover. Embora seja um desafio antigo, a questão da educação se reveste agora de importância e urgência. Ela constitui, talvez, o mais importante e o mais difícil dos desafios de uma política de desenvolvimento competitivo.

#### 4. Política do Meio Ambiente

A melhoria e preservação da qualidade do meio ambiente, além de necessárias, são fundamentais para a sociedade como um todo e para o cidadão em particular, que aspira melhores condições e padrões de vida, e, como tal, deve ser uma prioridade máxima das políticas de desenvolvimento nacional e regional.

A conceituação de meio ambiente dada pelas ciências ambientais, que foi discutida no ponto 1 deste texto, sugere que a questão ambiental deve ser vista de forma globalista e totalista, por tudo aquilo que cerca o ser humano, incluindo os aspectos físicos, biológicos, sociais e psicológicos.

A diretriz máxima da política ambiental é promover o desenvolvimento econômico-social sustentado e estável, ajustando os setores produtivos de bens e serviços de forma harmônica e integrada às reais necessidades das demandas regionais.

O desenvolvimento sócio-econômico da região do Vale do Rio Pardo caracteriza-se, basicamente, por uma estrutura fundiária baseada na predominância de minifúndios, o que vem a explicar a diversificada produção

agropecuária da região (fumo, milho, mandioca, feijão, arroz e soja), onde a indústria fumageira tem um importante papel no processo de formação da renda regional, constituindo-se num dos complexos agro-industriais de maior projeção no Rio Grande do Sul. Entretanto, outros setores industriais também se destacam no contexto de desenvolvimento regional, como os de vestuário, produtos alimentares, metalúrgica e calçados. Neste contexto, o setor agropecuário, o setor industrial e a educação ambiental destacam-se como principais diretrizes setoriais para uma efetiva melhoria e controle da qualidade do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento regional sustentado.

As soluções para os problemas ambientais devem ser concebidas numa visão totalista do conjunto em que o homem se inter-relaciona. Nesse sentido, a ciência do meio ambiente tem uma tarefa árdua de integrar o mundo científico, considerando que este está estruturado num sistema departamental estanque. No momento, o esforço científico parece desenvolver-se para suas próprias necessidades, e não há preocupações maiores por parte dos departamentos científicos atomizados em integrar-se. Essa é uma dura realidade dentro das universidades brasileiras. Não há como promover a melhoria da qualidade do meio ambiente sem que antes se promova a integração científica, através de uma educação ambiental integrada, em particular quando se trata da ciência aplicada, resguardando-se a necessidade de produção de conhecimentos científicos da pesquisa básica.

#### REFERÊNCIAS PARA CONSULTA

- COUTINHO, L. & FERRAZ, J.C., 1994. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Editora da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2ª Edição. 510p.
- ELY, A. 1990. *Economia do Meio Ambiente*. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre. 4ª Edição. 180p.
- LOPES, C. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Ecologia e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ano 2, Nº 15, pp. 34-36. Mai/92.
- LOPES, C. *Há Resultados Concretos e Indiscutíveis*. Ecologia e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ano 3, Nº 40, pp. 13-16. Jun/94.
- MACEDO, S. *O Brasil na Conferência de Estocolmo*. Ecologia e

- Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ano 2, Nº 15, pp. 39-41. Mai/92.
- NOSSO FUTURO COMUM. 1991. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2ª Edição. 430p.
- ODUM, E.P. 1988. Ecologia. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 434p.
- PEREIRA, L.C.B. 1987 Economia Brasileira. Desenvolvimento e Crise no Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 297p.
- PORTER, M. Estratégia Competitiva. Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência. Editora Campus, Rio de Janeiro. 3ª Edição. 362p.

### Competitividade: um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional

*Dinizar Fermiano Becker* \*

A questão que fica, após a leitura do texto de Eduardo Lobo Alcayaga, é quais são, realmente, as transformações provocadas pelo processo de competição globalizado sobre o ambiente do processo de desenvolvimento das regiões, de uma maneira geral e sobre o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo de maneira particular?

Parece, pois assim sugere o texto do Professor, que as principais transformações são de caráter postural e conceitual.

Reconhece, já no início de seu texto, a realidade interdisciplinar do meio ambiente. Com base nessa percepção, nega a exclusividade dos "ecologistas" (não ficaria melhor ecólogos?), "biologistas" (biólogos - afinal, biologia é uma área específica da ciência moderna, ou não é?), "conservacionistas" sobre o objeto de estudo chamado de (meio) ambiente.

Transcender a disciplina, sem dúvida, é dar um salto de qualidade na análise da realidade, que, por excelência, é transdisciplinar. Mas transcender a disciplina parece ser uma tendência geral e um dos fundamentos do novo paradigma desenvolvimentista que se desenha, ou melhor, que se avizinha. Ou não é?

Essa mudança de postura vai, segundo o Prof. Lobo, além dos interesses imediatos dos cientistas. "A adesão maciça dos governos", "a mobilização da opinião pública" são evidências da "cristalização" de uma nova "consciência" que aflorou da ECO-92 e se transformou num marco histórico para a humanidade.

Destaca, ainda o Autor, que a ECO-92 demarcou um momento de "entendimento e cooperação" global, de reconhecimento da pobreza e da

\*Doutor em Economia pela UNICAMP, Professor no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e Professor na Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari - FACEAT-FATES.